

O Vereador **APARECIDO DA RECICLAGEM**, que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, submete à apreciação do Plenário a seguinte proposição.

PROJETO DE LEI Nº 50/2024

Dispõe Sobre a Instalação de Câmeras de Vídeo nos Corredores, Recepções, Salas de Atendimentos de Urgência e Unidade de Terapia Intensiva, do Hospital Público, Unidades Básicas de Saúde, Estratégias de Saúde e em Todas as Unidades Relacionadas a Saúde Pública no Município de Araucária.

Art. 1º Torna obrigatória a instalação de câmeras de vídeo para gravação de imagens nos corredores, recepção e salas de pronto atendimento de todas as unidades relacionadas à saúde pública no Município de Araucária

Art. 2º As câmeras de vídeo de que trata o artigo 1º, deverão ser instaladas de maneira a permitir ampla cobertura dos locais de atendimento.

Art. 3º Os equipamentos deverão funcionar de forma ininterrupta, e as gravações obtidas serão arquivadas por banco de dados, por prazo não inferior a 180 dias, a partir da respectiva captação, salvo hipóteses em que se faça necessária a sua conservação por prazo superior.

Art. 4º O tratamento dos dados e imagens produzidas atenderá ao respeito à inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem, em consonância com os ditames constitucionais dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos.

Art. 5º As imagens serão armazenadas de modo a guardar sigilo do seu conteúdo, a elas só tendo acesso aqueles servidores credenciados para este fim.

Art. 6º Os recursos financeiros necessários à cobertura das despesas decorrentes desta lei, instalação e manutenção das câmeras para o Hospital Municipal, das Unidades Básicas de Saúde, Estratégias de Saúde e para todas unidades relacionadas à saúde pública no Município de Araucária ficarão a cargo das dotações orçamentárias da Secretaria de Saúde ou da Secretaria de Ciência e Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior.

Art. 7º O disposto nesta lei deverá ser regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Vereador, 04 de janeiro 2024.

Aparecido da Reciclagem

JUSTIFICATIVA

É fundamental para a promoção da dignidade da pessoa humana que a efetivação do direito à saúde não sofra embaraços por parte do Estado, no sentido de reduzi-lo ou dificultar seu acesso.

O princípio da publicidade indica que os atos da Administração devem merecer a mais ampla divulgação possível entre os administrados, e isso porque constitui fundamento do princípio propiciar-lhes a possibilidade de controlar a legitimidade da conduta dos agentes administrativos. Deste modo, só com a transparência desta conduta é que poderão os indivíduos aquilatar a legalidade ou não dos atos e o grau de eficiência de que se revestem.

Portanto, a presente proposição tem por finalidade atender ao postulado de relevância pública das ações e serviços ligados à saúde, de modo a possibilitar que o Poder Público Municipal possa cumprir sua função que além de envolver a regulamentação e controle dos mesmos, alcança também a sua fiscalização.

Tratamos aqui de um cenário de amplas possibilidades de ocorrências tais como: a identificação de possíveis invasores do ambiente médico-hospitalar, maus-tratos a pacientes e demais situações de violência. Além de atuar na proteção do patrimônio público no nosso Município.

Não somente como medida de segurança, o monitoramento possui o condão de auxiliar a gestão administrativa no controle da execução das atividades laborais de pessoas e materiais dentro desses ambientes.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta proposição.

Gabinete do Vereador, 04 de janeiro 2024